

SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO: O GERENCIAMENTO DOS RISCOS NA COOPAMIDO.

Área temática: Tecnologia e trabalho

Alvaro Moura¹, Sueline S. Souza², Alessandra B. Azevedo³

1. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB, Campus de Cruz das Almas - Bahia (CCAAB).
alvaromoura22@hotmail.com
2. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB, Campus de Cruz das Almas – Bahia. (CCAAB).
sueliness@yahoo.com.br
3. Docente da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB, Campus de Cruz das Almas – Bahia.
(CCAAB). abaazevedo@gmail.com

Resumo

A questão da saúde e segurança no trabalho é uma temática que tem recebido relevante destaque no Brasil, devido aos altos índices de doenças e acidentes ocorridos e gerados no ambiente laboral. No cooperativismo a temática ainda está aquém do esperado, tanto nas questões da prevenção como no levantamento de dados quantitativos e qualitativos que mostrem a realidade desse grupo de trabalhadores que trabalham sob a perspectiva da autogestão. Como realidade preponderante no mundo cooperativo destaca-se como um grande desafio para as cooperativas à implantação de programas e ferramentas de Saúde e Segurança do Trabalho. Este artigo tem como objetivo discutir a saúde e segurança no trabalho apresentando a importância e como se dá o gerenciamento dos diversos riscos existentes na Coopamido. E para tanto, foi feito um levantamento bibliográfico sobre o tema e um estudo de caso na Coopamido, buscando entender a importância da temática e quais são os programas e ferramentas de prevenção à saúde física e emocional que a cooperativa desenvolve para os trabalhadores.

Palavras chaves: Saúde e segurança no trabalho; Gerenciamento de riscos; Acidentes e doenças do trabalho;

1. Introdução

A saúde e segurança do trabalho é um tema que vem ganhando importância no Brasil com bastante relevância devido aos altos índices de doenças e acidentes ocasionados pelo trabalho.

Segundo dados publicados no Portal da Fundacentro (2013), o Brasil perde, por ano, o equivalente a 4% do Produto Interno Bruto - PIB por causa dos acidentes de trabalho.

De acordo com os dados do Anuário Estatístico de Acidentes de Trabalho publicado no ano de 2009, os acidentes típicos (decorrentes da atividade profissional) predominam representando 421.141 casos, após vêm os acidentes de trajeto (ocorridos entre a residência e o local de trabalho e vice-versa), com 89.445 casos, e em seguida as doenças do trabalho com 17.693 casos. Já os agravos relacionados ao trabalho de acordo com o gênero, correspondem a 520.921 masculino e 202.526 feminino.

É importante ressaltar que as estatísticas do Ministério do Trabalho e Emprego só consideram os trabalhadores da economia formal, ou seja, aqueles que possuem carteira assinada, ficando de fora aproximadamente 40 milhões de pessoas que não contribuem com a previdência, os integrantes da economia informal, entretanto, esta conta certamente é muito maior do que apontam os registros do Ministério da Previdência Social.

Outro ponto que merece destaque é que os cooperados dos empreendimentos econômicos solidários- EES, por serem donos do negócio, não tem carteira assinada e por isso estão excluídos das estatísticas. Somente os trabalhadores celetistas das cooperativas possuem tal direito assegurado.

Ao tratarmos da questão da saúde e segurança no ambiente de trabalho, suas ferramentas e estatísticas devemos observar que as cooperativas são em muitos casos negligenciadas e porque não dizer negligentes, pois observa-se que não há quaisquer bancos de dados e informações que faça alusão a esta realidade nem nas próprias cooperativas, nem nas instituições de apoio e sindicatos. Os dados são agregados sem qualquer tratamento diferenciado entre empresas tradicionais e empreendimentos associativos, o que torna muito complicado conhecer a necessidade desses empreendimentos sobre o tema.

O cooperativismo juntamente com a economia solidária surge como alternativas para a população que por diversas razões foi excluída do mercado formal e outras que não suportaram o ritmo acelerado do trabalho, juntamente com as condições desumanas que eram expostas, as quais afetavam negativamente a sua vida.

Apesar do cooperativismo e a economia solidária terem o homem como centro, a temática de saúde e segurança do trabalho não desperta o interesse desse universo. Esse fato ainda é mais agravante quando falamos das cooperativas populares, como catadores de resíduos sólidos, costureiras, artesãos, entre outros. Será que esses trabalhadores não vivenciam os mesmos problemas relacionados com a temática, assim como os trabalhadores das empresas privadas?

Este trabalho, portanto se propôs verificar como é tratada a temática da saúde e segurança do trabalho na Cooperativa da Bahia, verificando quais são os programas e ferramentas utilizados para preservação da saúde emocional e física do cooperado. Pois, são através destes dois principais pontos, que o empreendimento conseguirá desenvolver uma gestão preventiva, a qual resultará na redução significativa de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho e conseqüentemente ocasionará um aumento na produtividade. Serão apresentadas também as principais ferramentas de Saúde e Segurança do Trabalho mais utilizado atualmente.

O caso estudado desse trabalho foi desenvolvido na COOPAMIDO, cooperativa fundada em 28 de abril de 2009, iniciada com 25 sócios e que possui atualmente 162 cooperados. A metodologia proposta para este trabalho esta estruturada três partes:

A metodologia proposta para este trabalho esta estruturada três partes: 1- A pesquisa bibliográfica, que trata dos teóricos que direcionaram o conhecimento mais amplo acerca da categoria deste trabalho. 2- A pesquisa de campo que ocorreu através de um questionário composto de perguntas abertas realizados nos dias 23 a 25 de setembro de 2013, as quais abordaram questões relacionadas a temática saúde e segurança do trabalho, procurando identificar quais são os programas e ferramentas utilizados pelo empreendimento para prevenção e controle de acidentes e doenças ocasionadas pelo trabalho. As entrevistas se subdividiram em três partes: 2.1- Presidente da Cooperativa dos Produtores de Amido de Mandioca do Estado da Bahia “COOPAMIDO”; 2.2- Setor de Saúde e Segurança do Trabalho; 2.3- Cooperados e Trabalhadores. 3- E por fim uma discussão e os resultados alcançados que irá comprovar a importância da pesquisa.

2. Breve Histórico da Saúde e Segurança do Trabalho

No Brasil, os cuidados com as condições dignas de trabalho só começam a dar os primeiros passos há aproximadamente sessenta e três anos, quando neste período o país passava a ser líder mundial em acidente do trabalho. As multinacionais que aqui estavam, passaram então a oferecer alguns benefícios para atrair mão de obra barata, como: planos de saúde, de aposentadoria e também vale transporte (EUGÊNIO, 2013).

A criação da Organização Internacional do Trabalho (OIT) constituiu-se um marco para a história da segurança do trabalhador, ela surgiu em 1919, através do Tratado de Versalhes, substituindo então a Associação Internacional de Proteção Legal do Trabalhador. Em 1960 o Brasil adere a OIT, com o intuito de estudar as causas das doenças e acidentes do trabalho, a fim de identificar soluções que pudessem alterar os altos índices, esta medida foi adotada portanto como uma estratégia de emergência.

Após a constituição de 1988, o ministério do trabalho e emprego resgatou o poder de intervenção nas empresas, passando a definir metas e programas a serem cumpridos no que se refere à saúde dos trabalhadores. Esta ação obteve sucesso devido à organização em conjunto com a população, autoridades sanitárias e outros setores produtivos, os quais visavam proporcionar uma qualidade de vida saudável para os trabalhadores. A Lei nº 8.080/90, que regulamentou os artigos referentes à saúde presentes na Constituição Federal estabeleceu o conceito de Saúde do Trabalhador e determinou que compete ao Sistema Único de Saúde “SUS”, participar da fiscalização dos processos produtivos que apresentam riscos à saúde do trabalhador.

Atualmente as doenças emocionais ocasionadas pelo trabalho estão crescendo com maior frequência em relação às doenças físicas. Na década de 70 os problemas relacionados à saúde do trabalhador mais relevante eram as doenças como a silicose (exposições a poeiras) que geravam alterações pulmonares e as intoxicações pelo chumbo. Já na década de 80 e nas subseqüentes a maior incidência de doenças passou ser a LER/DORT. Atualmente, nota-se que os índices de doenças osteomusculares têm crescido de forma vertiginosa análise esta que pode ser corroborada pelos dados apresentados por Souza e Azevedo (2014), ao apontarem a indústria, a agricultura e o comércio como os maiores vilões em se tratando desta natureza. Além disso, associam-se a estas, as doenças de fundo emocional, tais como o stress e estafa mental, que compõem junto às doenças psicossomáticas. A partir desse contexto passa do risco físico tecnológico, o qual é bem mais fácil diagnosticar, para um risco invisível, que é o transtorno mental, causando maior dificuldade em diagnosticar a causa pelo qual o trabalhador esta sofrendo (EUGÊNIO, 2013).

Podemos afirmar que esta realidade é o resultado da combinação de novas tecnologias com alguns métodos gerenciais, responsáveis pela intensificação no ritmo do trabalho, que priorizam o cumprimento de metas superiores a capacidade humana, de modo que, comumente vislumbramos pessoas que esforçam-se e desgastam-se ao máximo mediante a pressão que é posta sobre eles. Além desses fatores de stress, da estrutura hierárquica e organizacional existem também casos de transtorno emocionais ocasionadas pelo contato através da pele com produtos químicos, o qual atinge o sistema nervoso central desencadeando diversas alterações (EUGÊNIO, 2013).

3. A Economia Solidária no Brasil

Diante da crise vivida pelo Brasil da década de 80 e agravada na década de 90 com a abertura do mercado, o país viveu um aumento nas taxas de desemprego que motivou o fortalecimento da produção coletiva dos trabalhadores.

A forma de organização coletiva dos trabalhadores segundo o levantamento da SENAES, divulgado em 2013, é formada por: 60% de associações, 8,8%, de cooperativas, 0,6% de sociedade mercantil e 30,5% de grupos informais, totalizando 19.708 empreendimentos (SENAES, 2013).

Todas essas formas de organização do trabalho fazem parte da economia solidaria que é um conceito hoje utilizado amplamente no Brasil e em muitos outros países. Embora com outros nomes e significados variados, tem em comum a idéia da solidariedade.

A economia solidaria também pode ser definida como um conjunto de empreendimentos solidários autogestionários que praticam os princípios cooperativistas, mas que não se restringem ao formato organizacional do cooperativismo e tão pouco precisam ser registrados para serem considerados enquanto tais (KRAYCHETE 2012).

O universo dos empreendimentos solidários é muito amplo, tanto ao que se refere ao tamanho dos empreendimentos, quanto aos ramos que atuam. Encontramos cooperativas e associações em todos os ramos de atividade, desde o industrial até o artesanal, em todos eles existem a presença de processos de transformação de bens e serviços. Em todas as atividades e processos o trabalhador passa por diversos tipos de riscos físicos; químicos, biológicos, ergonômicos, mecânicos ou de acidentes.

Nas grandes cooperativas, ou em cooperativas que estão inseridas em cadeias produtivas, onde os clientes exigem a implantação de medidas de segurança, reforçados pela Lei 6.514/77, portarias 3.214/78 e 3.067/88 é possível encontrar a implantação de programas e ferramentas de prevenção a saúde e segurança do trabalhador. Nas pequenas cooperativas com baixa incidência tecnológica, conhecidas como cooperativas populares na qual na maioria das vezes os trabalhadores não estão inseridos no mercado de trabalho formal ou em subempregos antes de formarem a cooperativa, a preocupação com a saúde e segurança no trabalho passa despercebida.

É curioso perceber que as instituições de apoio ainda hoje diante de um cenário onde a exploração é tão presente não atentem para o alarmante perigo da eminência da auto-exploração que as cooperativas podem adotar ao relegarem a um segundo plano a temática da SST e acabam compartilhando de uma inércia nesta seara.

Na formação de uma cooperativa o fato do trabalhador ser dono do negócio abre preceitos para que ele perca os direitos adquiridos pela Consolidação das Leis Trabalhistas “CLT”, se a cooperativa não cria fundos equivalentes e não está atenta por implantar a CIPA ou algo paralelo que cuide da saúde e segurança no trabalho corre-se o risco de investir na precarização do

trabalho.

4. Programas e Ferramentas de Gestão

Avaliar as condições de trabalho e exposição aos agentes de riscos que envolvem os cargos e funções existentes nos empreendimentos é de suma importância para os cooperados e funcionários, pois, a partir dessa avaliação que se podem adotar medidas preventivas com o intuito de eliminar ou neutralizar os agentes agressores que comprometem a saúde do trabalhador.

Neste trabalho, o risco é considerado como uma probabilidade de que um evento esperado ou não esperado – se torne realidade. O risco ocupacional está na possibilidade de um trabalhador sofrer um determinado dano derivado do seu trabalho (EUGÊNIO, 2013).

Por isso se faz necessário a implantação de programas e ferramentas de prevenção que possam diagnosticar todos os tipos de riscos que o trabalhador está exposto em seu ambiente de trabalho, assim também como informar se o risco é iminente ou se é elevado para algo que parece certo ou com grande chance de acontecer. Para todas estas situações são aplicadas medidas de prevenções e equipamentos de proteção individual e coletiva, tendo como métodos avaliativos a forma qualitativa e quantitativa.

A forma mais simples para avaliar os riscos existentes no ambiente de trabalho é a qualitativa, pois, exige o conhecimento e a sensibilidade do cooperado - trabalhador avaliador. As avaliações qualitativas são aquelas empregadas para se obter resultados de como o processo de trabalho está interagindo com os demais, qual implicação ou efeito está gerando. Subentende-se aqui que essa interação não é apenas material, mas, também humana.

Ao considerarmos por sua vez, o método de avaliação quantitativo, é necessário a utilização de instrumentos específicos que possam medir/aferir/quantificar os riscos existentes em cada ambiente de trabalho. Ela é o subsídio primordial, para se obter o grau de risco ou a toxidade a que o empregado está exposto. Muitas vezes tais avaliações serão necessárias para se determinar qual medida é a mais adequada a se adotar.

Essas avaliações têm como objetivo principal auxiliar na tomada de decisões acerca do levantamento da gravidade e da severidade dos riscos, a fim de evitar o seu impacto negativo sobre as pessoas, instalações, equipamentos ou processos. As avaliações e os gerenciamentos de riscos utilizam programas e ferramentas de gestão dentre elas temos:

a) Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA

Conforme NR-5 (item, 5.1) a CIPA tem como objetivo a prevenção de acidentes e doenças decorrentes do trabalho, de modo a tornar compatível permanentemente o trabalho com a preservação da vida e a promoção da saúde do trabalhador. Foi através da CIPA que se iniciaram os primeiros passos decisivos para implantação da prevenção de acidentes do trabalho no Brasil.

A CIPA é composta por representantes do empregador e dos empregados. Podem fazer parte da comissão, qualquer funcionário da empresa, sendo que metade da comissão é composta por representantes dos trabalhadores que são escolhidos através de eleição e a outra metade são os representantes da empresa, os quais são indicados pela própria empresa, sem necessidade de eleição (NR-5, 2003).

Os benefícios proporcionados pela CIPA são: Novos conhecimentos adquiridos através dos treinamentos; estabilidade dos membros eleitos; melhoria no ambiente de trabalho e aumento de

produtividade; redução do absenteísmo e os afastamentos por acidentes ou doenças do trabalho, além do cumprimento da legislação trabalhista, entre outros.

A CIPA funciona como um guarda-chuva onde serão utilizados diversos programas/ ferramentas complementares para que o objetivo da prevenção seja alcançado. Muitos empreendimentos iniciam o processo de implantação de saúde e segurança do trabalho pela CIPA por ser este um programa simples, de fácil aplicabilidade e por não demandar grandes recursos financeiros, pois a CIPA é composta pelos próprios trabalhadores.

Normalmente os programas e ferramentas de prevenções a saúde do trabalhador mais utilizados são o Mapa de Riscos Ambientais (MRA), o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) e Coletiva (EPC's), Treinamentos, Diálogo Diário de Segurança Meio Ambiente e Saúde – DDSMS.

b) Mapa de Riscos Ambientais - MRA

O primeiro passo é reconhecer os riscos existentes nos ambientes de trabalho e a ferramenta adequada é o Mapa de Riscos Ambientais “MRA”. O MRA é uma representação gráfica de um conjunto de fatores presentes nos locais de trabalho. É feito sobre a planta baixa da empresa, podendo ser completo ou setorial. Ele é composto de círculos com cores diferentes, de acordo com o tipo de riscos existentes em cada setor de trabalho. Ele deve ser feito anualmente pela comissão da CIPA e o Técnico de Segurança do Trabalho. A NR-5 CIPA, determina que todos os trabalhadores e cooperados devem participar do reconhecimento dos riscos de suas atividades, através da elaboração do Mapa de Risco Ambientais.

O Mapa de Riscos Ambientais deve contextualizar as ações e os comportamentos, de forma a evidenciar a distância entre trabalho prescrito e real, os modos de regular essa distância, os compromissos que são estabelecidos, as dificuldades de trabalho, as estratégias coletivas de enfrentamento dos riscos.

Seu objetivo é reunir as informações básicas e necessárias para estabelecer o diagnóstico da situação da segurança e saúde do trabalhador na organização, possibilitando durante sua elaboração a troca de informações entre os trabalhadores, bem como estimular a sua participação efetiva nas atividades de prevenção. O Mapa de Riscos Ambientais é composto de círculos (pequeno, médio, grande) de acordo com cada cor (marrom/risco biológico, vermelho/risco químico, amarelo/risco ergonômico, azul/risco mecânico e verde/risco físico), essa metodologia é utilizada com intuito de facilitar o entendimento entre as pessoas.

Depois de discutido e aprovado pela CIPA, o Mapa de Riscos completo ou setorial, deverá ser afixado em local analisado, de forma claramente visível e de fácil acesso para os trabalhadores. Os benefícios apontados é a redução dos gastos com acidentes e doenças, facilitação na gestão dos programas e ferramentas de Saúde e Segurança do Trabalho, com aumento da segurança interna e externa, melhoria do clima organizacional, maior produtividade e competitividade, entre outros.

c) Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA

O Mapa de Riscos Ambientais servirá como suporte para o processo da elaboração do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA, que tem o objetivo de garantir a preservação da saúde e integridade física dos cooperados e trabalhadores, por meio de antecipação, reconhecimento, avaliação e conseqüente controle da ocorrência de riscos ambientais existentes ou que venham existir no ambiente de trabalho, tendo em consideração a proteção do meio

ambiente e dos recursos naturais. O PPRA deve ser elaborado anualmente por profissional habilitado na área de saúde e segurança do trabalho.

Consideram-se riscos ambientais tudo que tem potencial para gerar acidente no trabalho, em função de sua natureza, concentração, intensidade e tempo de exposição. Para efeito do PPRA os riscos ambientais são classificados como os agentes físicos, químicos, biológicos, ergonômicos, mecânicos ou de acidentes existentes nos ambientes de trabalho que, em função de sua natureza, concentração, intensidade e tempo de exposição, são capazes de causar danos à saúde dos trabalhadores.

Os benefícios do PPRA são: A identificação do risco em cada setor, indicação do tipo de EPI para cada função, melhoria no ambiente de trabalho, aumento de produtividade, redução do absenteísmo e doenças do trabalho, melhora na qualidade de vida dos cooperados e funcionários, além do cumprimento da legislação trabalhista, NR-9, entre outros.

De acordo com a (NR-9, 2010) o empreendimento é responsável por estabelecer, implementar e assegurar o cumprimento do PPRA como atividade permanente do empreendimento e informar aos trabalhadores sobre os riscos ambientais e meios disponíveis de proteção. Os cooperados e trabalhadores têm como responsabilidade colaborar e participar na implantação e execução do PPRA, seguir as orientações recebidas nos treinamentos oferecidos dentro do PPRA e informar ao seu superior direto às ocorrências que, a seu julgamento, possam implicar em riscos à saúde.

d) Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO

Após a conclusão do PPRA deve haver a articulação com o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO). Ele é feito anualmente pelo médico do trabalho. Tem como objetivo a promoção, prevenção e preservação da saúde do conjunto dos cooperados e trabalhadores, estabelecendo parâmetros mínimos e diretrizes gerais, os quais serão necessariamente observados na sua execução. Neste programa de prevenção são tratados assuntos como exames de acompanhamento de saúde dos trabalhadores, que são informados através do Atestado de Saúde Ocupacional - ASO, o qual é fornecido pelo empregador anualmente aos trabalhadores. Está previsto na NR-7 da Portaria n.º 3.214/78 – M T E (Ministério Trabalho e Emprego), servindo-lhe de base legal para a sua elaboração e/ou atualização.

As atividades do PCMSO estão relacionadas às ações que buscam alertar sobre aspectos da saúde e bem estar. Este programa médico ocupacional considera as questões incidentes sobre o indivíduo e a coletividade de empregados, privilegiando o instrumental clínico-epidemiológico na abordagem da relação entre sua saúde e o trabalho. O PCMSO tem caráter de prevenção, rastreamento e diagnóstico precoce dos agravos à saúde relacionados ao trabalho. Ele é planejado e implantado com base nos riscos à saúde dos empregados, especialmente os identificados nas avaliações previstas no PPRA e demais Normas Regulamentadoras.

Os benefícios do PCMSO são: Prevenção de doenças e acidentes do trabalho, a melhoria de qualidade de vida do trabalhador e ambiente de trabalho, o aumento da produtividade, a redução do absenteísmo ou afastamentos por doenças do trabalho e cumprimento da legislação trabalhista NR-7, dentre outros.

e) Equipamentos de Proteção: Individual e Coletiva

Os Equipamentos de Proteção Individual “EPIs” e Coletiva “EPCs” são instrumentos analisados e indicados através dos resultados e diagnósticos das ações preventivas do programa PPRA. A importância da proteção individual e coletiva está diretamente ligada à preservação da saúde e da integridade física do cooperado e trabalhador e indiretamente ligada ao aumento da

produtividade, através da minimização dos acidentes e doenças do trabalho e suas conseqüências. Desta forma, livrar os locais de trabalho de fatores de risco requer estudos que vão desde uma extensa revisão da engenharia de processo ou de métodos de fabricação até a escolha do adequado método de movimentação e manuseio de materiais.

Distinguimos dois tipos básicos de proteção: a individual e a coletiva. O EPI pode ser definido como todo equipamento de uso pessoal cuja finalidade é proteger a saúde ou integridade física do trabalhador da exposição a agentes físicos, químicos, mecânicos ou biológicos porventura existentes no ambiente de trabalho (GONÇALVES, 2000). O Equipamento de Proteção Coletiva é destinado a proteger a coletividade na empresa, alguns exemplos de EPC são: extintores de incêndio, sinalização de segurança e a proteção de partes móveis de máquinas e equipamentos (MIRANDA, 1998).

Esses programas e ferramentas de prevenção a SST é de suma importância para as cooperativas e os empreendimentos de economia solidária, ele contribuem positivamente para a redução de doenças e acidentes do trabalho, aumentando a produtividade e o bem estar do individuo.

f) Treinamentos

O objetivo é disciplinar os treinamentos a serem realizados de acordo com os temas informados pela CIPA, PPRA e PCMSO de forma a cumprir os objetivos, metas e indicadores comprometidos. Os treinamentos é utilizado para conscientizar as pessoas envolvidas no processo e para elas entenderem como podem contribuir de forma positiva através de ações pró-ativas no combate a prevenção de acidentes e doenças do trabalho.

g) Diálogo Diário de Segurança Meio Ambiente e Saúde – DDSMS

O DDSMS é um diálogo diário envolvendo a participação de todos os trabalhadores e cooperados, que ocorre antes do trabalho. Seu objetivo é alertar diariamente de forma geral sobre os riscos existentes nos ambientes de trabalho juntamente com a conscientização da utilização dos EPIs. Neste mesmo espaço são informados também sobre situações inesperadas que ocorreram no dia anterior, e outros incidentes. O acesso as essas informações contribuem para a redução de acidentes e o bem estar do colaborador.

5. Resultados da Pesquisa de Campo

A COOPAMIDO Cooperativa dos Produtores de Amido de Mandioca do Estado da Bahia surgiu através de uma iniciativa da Fundação Odebrecht. O seu primeiro módulo agroindustrial abrange a região do Recôncavo Baiano, situado no município de Laje, a 226 km da capital do estado Salvador-BA. A Cooperativa ampliou seu campo de atuação e age diretamente em mais sete municípios de três territórios baianos Valença e Jaguaripe (Baixo Sul), Santo Antônio de Jesus, Sapeaçu, Conceição do Almeida e Castro Alves (Recôncavo) e São Miguel das Matas (Vale do Jiquiriçá). Fazem parte da cooperativa seis fazendas que totalizam uma área de 800 hectares. Em 2013, foram entregues pelos associados, no período compreendido entre fevereiro a julho, um total de 3314 toneladas de mandioca para produção de amido.

A COOPAMIDO conta com a aliança da empresa Bahiamido S A, inaugurada em 2011, que é uma indústria com capacidade de processar 200 toneladas por dia de mandioca para produzir amido modificado. A cooperativa atualmente conta com 162 cooperados, 28 celetistas e uma empresa de SST terceirizada¹.

¹ Segundo informação da Direção o setor de SST foi terceirizado inicialmente por uma empresa de fora especializada para orientar melhor nos procedimentos e questões de SST. O motivo pela qual foi contrato o serviço por terceiros se deu por conta da

A pesquisa de campo contemplou quatro grupos da COOPAMIDO: a direção, os trabalhadores Celetistas, cooperados² e trabalhadores³ e os terceirizados, procurando identificar quais são os programas e ferramentas utilizados pelo empreendimento para prevenção de acidentes e doenças ocasionadas pelo trabalho. O

As entrevistadas informaram que na cooperativa há CIPA e que são utilizadas as ferramentas: MAPA DE RISCOS AMBIENTAIS; PCMSO; PPRA; DDSMS e TREINAMENTOS. Segundo as entrevistadas, os programas e ferramentas existentes estão suprindo todas as necessidades dos funcionários e cooperados

A constituição da CIPA da Cooperativa da Bahia ocorre como prevê a legislação (NR-5, item 5.2). Diante das atas apresentadas pelo empreendimento observou-se que as eleições são anuais e as reuniões acontecem uma vez por mês, porém foi visto também atas de reuniões extraordinárias, as quais foram informadas que é realizado em casos que surgem algum incidente, o estabelecimento cumpri os critérios conforme a NR-5.

A CIPA tem como uma de suas atividades de acordo com a NR-5 promover anualmente, em conjunto com o Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Saúde do Trabalho SESMT, a Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho (SIPAT), a entrevistada SST-02 durante a entrevista destacou:

“Em novembro deste ano nos dias 11 a 14, estaremos realizando a Semana Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho “SIPAT”, iremos parar todas as atividades nestes dias, serão feitos nestes dias palestras, já relacionamos alguns temas como: controle de pragas e animais peçonhentos será um a semana destinada a conscientização de todos os colaboradores e cooperados com intuito de conscientizar sobre os riscos e prevenções de acidentes”. (SST-02, COOPERATIVA DA BAHIA, 2013).

O empreendimento possui o mapa de risco que está fixado na entrada do estabelecimento, com o intuito de que todos que adentrarem possa saber dos riscos que aos quais estarão expostos. Esse mapa como supracitado deve ser construído de forma coletiva e diante da comissão da CIPA. O envolvimento dos trabalhadores e cooperados se faz necessário, pois são eles que irão determinar os tipos e riscos existentes no ambiente laboral. Porém, percebeu-se que esta ferramenta só foi mencionada pelo setor de SST, o que isso nos leva a crer que a constituição do mapa de risco não ocorreu de forma participativa.

O PCMSO e o PPRA independente de alteração do layout ou inserção de maquinário e funções devem ser elaborados anualmente. Diante dos documentos apresentados na entrevista, notou-se que existem em seus arquivos os programas mencionados com a periodicidade anual desde o início de suas atividades. Diante disso, conclui-se que o empreendimento está de acordo com a NR-7 (item 7.4.6).

Com relação ao PCMSO pode-se afirmar ainda que é um controle do PPRA, que tem como objetivo a promoção, prevenção e preservação da saúde dos trabalhadores, posto a entrevistada SST-01 destacou:

Cooperativa não ter experiência na área. Até o momento a direção não irá mudar de empresa e nem passará ter em seu quadro profissional da área.

² Os entrevistados nesta pesquisa são denominados como C (Cooperado) e em seguida o numeral correspondente ao número do entrevistado, exemplo C-1; C-2; C-3 e assim sucessivamente.

³ Da mesma forma ocorrerá com a entrevista com os trabalhadores celetistas: T-01; T-02; T-03 e assim por diante. As entrevistas com os trabalhadores ocorreram de forma normal e sem grandes empecilhos ao contrário dos cooperados que não se faz presente frequentemente no empreendimento, isso fez com que dificultasse a realização das entrevistas, porém essa situação foi superada.

“O PPRA tem como função identificar todos os riscos existentes nos ambientes de trabalho, já o PCMSO irá acompanhar se está tendo alguma alteração na saúde do trabalhador de acordo com os riscos registrados no PPRA, o PCMSO é um controle. O PPRA classifica os riscos químicos, biológicos, ergonômicos, mecânicos, eles são classificados de acordo a sua gravidade através de símbolos pequenos e grandes.(SST-01, COOPERATIVA DA BAHIA, 2013).

Os cooperados não são obrigados a realizarem este tipo de exames, assim como outros tipos de procedimentos, essa situação toma um contexto diferente, porém, se faz necessário a utilização dos mesmos para o controle preventivo da sua saúde e segurança, assim como outras ações e medidas. Essa cultura prevencionista nos empreendimentos econômicos solidários precisa ser melhor desenvolvida por meio de projetos e instituições de apoio, os quais possam incentivar através de ações mostrando os benefícios que podem proporcionar para o empreendimento.

Outra ferramenta utilizada pela cooperativa é o DDSMS que é realizado pelo empreendimento e acontece toda manhã, antes das atividades laborais, abordam temas diversos assim como alguns incidentes ocorridos. O DDSMS é uma ação de suma importância, pois através desse diálogo diário facilita a comunicação entre as pessoas e pelo fato de ocorrerem todos os dias, diversas situações ocorridas assim como os sinistros e que precisam ser alertadas são explanados no dia seguinte, fazendo com que as informações sejam compartilhadas com intuito de não ocorrer mais determinadas circunstâncias.

De acordo com algumas listas de treinamentos e DDSMS apresentados, conclui-se que estão de acordo com os treinamentos solicitados pela CIPA, PPRA e o PCMSO. Esse atendimento é de suma importância para o bom desenvolvimento das práticas e ações prevencionistas.

O estresse no ambiente de trabalho é uma das principais causas das doenças psíquicas, ele está relacionado ao ambiente de trabalho como um todo. Existem dois tipos de estresse o bom e o ruim, ou seja, quando passamos por mudanças boas, temos o estresse positivo e quando atravessamos alguma fase negativa, estamos vivenciando o estresse negativo. Segundo Bernick (1997) “qualquer mudança de vida, boa ou ruim, pode ser considerada como um fator que leva ao estresse.”

Os dados referentes ao índice de acidentes ocorridos na COOPAMIDO no ano de 2013, até o presente momento é zero. Já referente a incidentes (provável causa de acidente) existe uma ocorrência registrada na área administrativa, sendo necessário verificar a sua causa raiz e em seguida implantar ações corretivas para que a mesma não venha gerar um acidente futuro.

No âmbito de treinamentos na área de SST o cronograma é seguido pelos temas contemplados na CIPA. Quanto ao fornecimento de EPI⁴ e EPC⁵, o entrevistado registrou que a cooperativa disponibiliza para os cooperados e trabalhadores sem nenhum tipo de custo e é distribuído de acordo com a cada função exercida. Diante disso, nota-se que o empreendimento está de acordo com a legislação vigente NR-6 (item 6.3): “A empresa é obrigada a fornecer aos empregados, gratuitamente, EPI adequado ao risco, em perfeito estado de conservação e funcionamento”.

Referente aos riscos existentes nos ambientes de trabalho foi informado que são neutralizados através do uso dos EPIs.

A entrevistada SST-02 destacou:

⁴ EPIs – Calçado de Segurança comum e com biqueiras; Perneira; Óculos de Segurança; Protetor Solar; Mascara com Filtro. Os EPIs devem ser adquiridos somente os que têm o Certificado de Aprovação “CA”.

⁵EPCs – Extintores; Sinalização de Segurança e Proteção para máquinas.

“Os EPIs disponibilizados pela Cooperativa são: Perneira; Óculos de Segurança; Protetor Auricular; Capacete; Protetor Solar, Respirador Purificador de Ar e Chapéu Árabe. (SST-02, COOPERATIVA DA BAHIA, 2013).

6 – Discussão

Inicialmente antes da pesquisa de campo imaginava-se que o assunto sobre SST não era assunto com muita importância nas cooperativas e nos empreendimentos econômicos solidários; Após a conclusão da pesquisa realizada na Coopamido notou-se que os programas e ferramentas fazem parte do cotidiano. Um dos motivos é por conta da Cooperativa está integrada em uma cadeia produtiva, ou seja, é cobrado por seu parceiro principal, o qual preza por esta temática.

As ferramentas e programas de saúde e segurança utilizados pela Cooperativa são: a CIPA, mapa de risco, PPRA, PCMSO, treinamentos e os DDSMS, os mesmos utilizados em grandes empresas.

A direção possui conhecimento de forma geral a respeito da temática de SST e dá o suporte ao setor específico quando necessário. Um ponto a ser explanado com bastante relevância é que a direção se envolve na maior parte das ações e projetos, os quais despertam interesses para as outras pessoas a participarem. A quantidade de recursos destinados à SST, não são computadas pelo empreendimento.

O setor terceirizado de SST demonstrou que possui conhecimento amplo na área de SST e se preocupa em desenvolver um trabalho embasado na divulgação das informações e conhecimentos. Referente aos EPIs notou-se que são fornecidos pelo setor e o seu acesso e troca não ocorre de forma burocratizada, com isso facilita o processo e a utilização. Os programas de prevenções foram abordados com bastante propriedade. Uma questão a ser levantada com bastante relevância, são as ações que ocorrem pela cooperativa quando acontece algum incidente, ou seja, são investigadas as causas e em seguida são corrigidas e logo após é compartilhada para todos os integrantes. Aponta-se como ponto a ser melhor sistematizado é a divulgação de alguns programas e ferramentas de SST e seus respectivos resultados, os quais podem ser apresentados no DDSMS. No âmbito dos EPC é necessária a criação de rota de fuga, estabelecendo um ponto de encontro em caso de algum incêndio. Elaboração de uma norma de conduta e folders para os visitantes informando a política e normas de segurança, meio ambiente e saúde do empreendimento. Deve se atentar também para a realização de adaptações nos ambientes de trabalho, para que os riscos possam ser cada vez mais controlados, neutralizados e em alguns casos até eliminados.

Pode ser percebido através deste estudo que os cooperados e trabalhadores demonstraram conhecimento sobre o tema SST e uma parcela significativa tem consciência das consequências negativas que podem vir a ocorrer a curto, médio e ao longo prazo em casos de imprudências de suas ações. Também percebemos através das falas que as ações da área de SST estão repercutindo de forma positiva na vida dos cooperados e trabalhadores e que a cooperativa proporciona condições seguras para a realização de seus trabalhos e que os treinamentos oferecidos, fazem diferença para melhorar a sua segurança, o seu desenvolvimento e qualidade de vida no trabalho. Contudo apresenta-se como ponto de melhoria, aumentar a presença dos cooperados na cede do empreendimento.

7 - Conclusões

A Coopamido é um dos casos de cooperativa que está inserida em uma cadeia produtiva onde os clientes exigem que as normas de segurança sejam cumpridas. Foi possível notar que as ferramentas da Saúde Segurança do Trabalho estão implantadas, que precisam contar com um maior engajamento de todos, mas que funcionam e contribuem para que o índice de acidentes seja baixo. Contudo, infelizmente isso não é uma realidade para todas as cooperativas. A experiência de pesquisa mostra que a preocupação das cooperativas e das instituições de apoio ainda é muito insipiente.

É preciso que os cooperados e trabalhadores tenham consciência dos riscos que estão sendo expostos e por conta disso passem a utilizar métodos e equipamentos que possam neutralizá-los ou até mesmo eliminá-los.

O ideal, portanto seria que as instituições de apoio fossem capazes de desenvolver/ aplicar de forma colaborativa e coletiva determinados programas de prevenções, capacitando as pessoas envolvidas no processo no que se refere à saúde e segurança do trabalho “SST”, informando os riscos existentes em cada função e criando através da tecnologia social mecanismos de prevenção e conscientização da importância da SST.

Assim, como as empresas convencionais, os EES devem preservar a saúde e a integridade física dos cooperados e funcionários, através da implantação de uma política gestora de segurança e saúde ocupacional que visem o desenvolvimento de ações de prevenção e medidas técnicas de controle dos riscos ambientais existentes ou que venham a existir nos ambientes de trabalho e nas atividades laborais, promovendo a constante melhoria das condições de trabalho dentro dos padrões de salubridade e de segurança, conforme os pressupostos da legislação trabalhista, previdenciária, sanitária e ambiental.

Um primeiro passo seria a mensuração dessas ocorrências para que seja possível identificar quais os principais acidentes que ocorrem e a partir daí iniciar medidas de diminuí-los. Alguns autores que pesquisam empresas recuperadas afirmam que os trabalhadores dos empreendimentos autogeridos tem sofrido menos acidentes no trabalho, mas não há estudos específicos que sustente essa hipótese.

O que fica claro, é que as atribuições do dia a dia nos empreendimentos em muitas vezes, costumam desviar a atenção para situações como a SST, fazendo com que a preocupação com a identificação de riscos nos ambientes de trabalho, assim como as medidas cabíveis para neutralizá-los ou até mesmo eliminá-los, fique para depois. Porém, a SST deve ser constante, garantindo assim o número mínimo de acidentes. Por isso, se faz necessário a implantação de programas e ferramentas de prevenção a saúde física e mental do trabalhador e cooperado constantemente independente do tamanho da cooperativa.

Um dos desafios para poder manter uma política de SST nas cooperativas e nos empreendimentos é o envolvimento constante e a participação dos cooperados, os quais devem ser exemplos de práticas, atitudes pró-ativas de melhorias nas condições de trabalho.

Os empreendimentos econômicos solidários precisam fazer valer o discurso libertário em prol do empoderamento individual e coletivo valorizando o seu bem mais precioso, o capital humano e social em detrimento do capital econômico, haja vista que a busca por melhores condições de vida e trabalho e o processo de formação e informação pautam os princípios cooperativistas e devem pautar o direcionamento de qualquer instituição que valorize o ser humano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), 2001. **Cadastro de acidente do trabalho: procedimento e classificação**, NBR 14280. Rio de Janeiro.

Anuário Estatístico de Acidentes de Trabalho - 2009. Disponível em: <<http://www.previdenciasocial.gov.br/conteudoDinamico.php?id=989>>. Acesso em: 10 de agosto de 2013.

BRASIL. Ministério do trabalho e emprego. NR 5 – **Comissão interna de prevenção de acidentes**. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D311909DC0131678641482340/nr_05.pdf>. Acesso em: 05 de setembro de 2013.

_____. Norma Regulamentadora n.6 – **Equipamento de proteção individual – EPI**. Disponível em http://www.mte.gov.br/legislacao/normas_regulamentadoras/nr_06.pdf. Acesso em: 10 de agosto de 2013.

_____. Norma Regulamentadora n.7- **Programa de controle médico de saúde ocupacional**. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D308E21660130E0819FC102ED/nr_07.pdf>. Acesso em: 10 de agosto de 2013.

_____. Ministério do trabalho e emprego. NR 9 – **Programa de prevenção de riscos ambientais**. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BE914E6012BEF1CA0393B27/nr_09_at.pdf>. Acesso em: 05 de Setembro de 2013.

_____. Ministério do trabalho e emprego. SENAES, 2006. **Atlas da economia solidária no Brasil 2005**. Brasília: M T E.

CARVALHO, A.V. de., SERAFIM, O.C.G. **Ad de recursos humanos**. Vol. II. São Paulo: Ed. Pioneira, 2002.

EUGÊNIO, S.A.M. **Saúde ocupacional e medicina do trabalho**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2013.

FUNDACENTRO. **Acidentes, segurança, higiene e medicina do trabalho**. Disponível em: <<http://www.fundacentro.gov.br/>>. Acesso em 10 de agosto de 2013.

KRAYCHETE SOBRINHO, G. ; SANTANA, A. . **Economia dos setores populares e inclusão socioproductiva: conceitos e políticas públicas**. Mercado de Trabalho (Rio de Janeiro. 1996), v. 1, p. 55-62, 2012.

ROBERTO, J. **Resenha tempos modernos**. Disponível em: <<http://WWW.ebah.com.br/content/ABAAAAqZsAG/resenha-tempos-modernos>>. Acesso em: 10 de agosto de 2013.

SINGER, Paul; SOUZA, André R. (orgs.). **A economia solidária no Brasil: A auto-gestão como resposta ao desemprego**. São Paulo, Ed. Contexto, 2003.

SOUZA, Sueline; AZEVEDO, Alessandra B. **Empresas recuperadas e sua relação com a saúde e segurança do trabalhador.** Anais do VIII ENAPEGS. Cachoeira- Bahia. 2014.

SENAIS. Boletim Informativo Ano V. Base de dados SIES. 2013. disponível em <http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A416FABB6014173C4E66C7839/Acontece%20SENAES%202013%20-%20n34%20ed%20especial.pdf>. Acessado em 22/07/2014.